

EXPERIÊNCIAS AFETIVO-SEXUAIS DE ADOLESCENTES PELA INTERNET: O QUE OS ESTUDOS REVELAM?

*Roberta Matassoli Duran Flach
Suely Ferreira Deslandes*

INTRODUÇÃO

Neste capítulo buscaremos discutir como a internet, especialmente após a criação das redes sociais, se tornou um importante espaço de sociabilidade, onde se propagam relações comerciais, de amizade, de defesa de ideologias políticas ou religiosas e também se estabelecem laços afetivo-sexuais. Pela internet, milhares de pessoas de todas as idades relacionam-se diariamente. Especialmente os jovens utilizam a rede mundial de computadores e suas diversas mídias para se comunicar, expressar sentimentos, construir identidades e se relacionar com parceiros amorosos.

Discutiremos então as características da cibercultura e como ela afeta a sociabilidade contemporânea, especialmente a dos jovens. Foco especial será dado às expressões da sexualidade dos adolescentes mediadas pela internet, os principais tipos de abusos entre parceiros/namorados já apontados pela literatura científica e as consequências à saúde dos que sofrem essas formas de violência. Trataremos como essas práticas são vistas pela lei e quais ações de prevenção realizadas pelas escolas têm sido relatadas pelos estudos.

INTERNET E CIBERCULTURA

Com o advento da internet (abreviação de *Interconnected Networks*) observamos, especialmente nas últimas três décadas, uma transformação radical na maneira como as pessoas se relacionam. A expansão do uso e do acesso à internet possibilitou um novo espaço para trocar informações, comercializar produtos e serviços, fomentar ativismo político, recuperar o contato de antigos amigos, como também para estabelecer novas amizades e relacionamentos afetivo-sexuais. (CASTELLS, 2003).

As primeiras conexões em rede foram criadas em 1969 com fins de pesquisa militar. Anos depois, tais conexões se tornaram mais complexas, dando origem a recursos tecnológicos de busca inteligente (conexões de *links* de busca – a chamada *www* ou *world wide web*), que entendemos por internet. Logo, incorporada às universidades, alcançou, a partir dos anos 1990 maior penetração junto ao consumidor comum.

Todavia, foi a partir dos anos de 2000 que se observou uma larga disseminação em massa. Tal fase de popularização, chamada de web 3.0, refere-se à implementação de plataformas digitais voltadas às redes sociais, especialmente do Facebook (2004) e de outras plataformas semelhantes, facilmente acessadas por aparelhos de telefonia móvel (*smartphones*) e *tablets*, via conexões de internet cada vez mais velozes e sem fio (*wi-fi*). (BOLESINA; GERVASONI, 2015; LEMOS, 2005b).

A virtualidade possibilitou que nos conectássemos instantaneamente a qualquer hora, em qualquer lugar, permitindo-nos estar ‘presentes’ sem a necessidade da presença física. A ruptura com parâmetros conhecidos de tempo e espaço, até então essenciais para nossa sociabilidade, contribuiu, drasticamente, para a expansão de uma nova forma de nos relacionarmos, forjando um conjunto diferenciado de valores e condutas, consolidando o que os autores denominam de ‘cultura digital’ ou ‘cibercultura’.

A cibercultura seria o conjunto de valores, atitudes, modos de pensamento e práticas que se desenvolvem, justamente, com a expansão da conectividade, via uso da internet. (LÉVY, 2010).

Na cibercultura, a simulação é tomada como via de apropriação do real (realidade virtual) na qual deixamos de ser meros observadores maravilhados com a obra – como era quando os meios de comunicação se restringiam ao rádio, à televisão, ao teatro e ao cinema – para sermos agentes da obra, como navegadores, exploradores e atores. Estamos vivendo então uma ‘sociedade da simulação’ (LEMOS, 2015a), cuja expressão de sociabilidade (LEMOS, 2015a) nos convida à (hiper)exposição de nossa identidade e espetacularização das nossas intimidades, com consequências à imagem pessoal e à privacidade. (BOLESINA; GERVASONI, 2015; ABREU, 2015).

Nesse contexto, no dia a dia, os sujeitos acabam naturalizando a prática de postar para uma multidão de espectadores todo tipo de informação, como acidentes, manifestações, passeios realizados, amores correspondidos ou não, relações afetivo-sexuais iniciadas e desfeitas, fotos e vídeos íntimos. (FLACH; DESLANDES, 2017, p. 2).

Essa sociabilidade também se caracteriza por um conjunto de práticas cotidianas e experiências coletivas, em rede, contribuindo para um processo chamado de ‘retribalização do mundo’, ou seja, um forte movimento de agremiação por ‘tribos’ de afinidades. Nesse contexto, as pessoas se agregam por meio de interesses comuns, ainda que efêmeros, independentemente de fronteiras ou demarcações territoriais fixas. (LEMOS, 2015a; MAFFESOLI, 2014). Podemos participar de comunidades, jogar, flertar ou conversar com qualquer pessoa do planeta ou com várias ao mesmo tempo. Essa nova forma de sociabilidade nos convida, cotidianamente, à publicização coletiva e voluntária de fatos e aspectos da vida íntima, especialmente, os relativos à sexualidade e corporalidade.

Essa exposição quase narcísica de promoção pessoal se materializa na busca ininterrupta pelo reconhecimento e pela aprovação do olhar do outro, fabricando a própria ‘fama’, em que para uma pessoa existir é preciso que seja ‘vista’, ‘curtida’ e ‘compartilhada’ nas diferentes mídias digitais. Nessa fase, conhecida como ‘era do exibicionismo’ ou do ‘voyeurismo simulado’ (KEEN, 2012; BRUNO, 2013; LEMOS, 2015a), os segredos pessoais perdem espaço para a ‘publicidade’.

Dessa forma, a internet e as redes sociais digitais se consolidam como um tipo de esfera pública virtual, colaborando paulatinamente para a fusão público-privada. (PRIMO *et al.*, 2015).

Raras vezes na história o corpo foi tão exposto como na atualidade pelas redes sociais. O que antes ficava privado a um álbum de família guardado a sete chaves, hoje é disponibilizado em fotoblogs, Facebook, Instagram, álbuns virtuais de todos os gêneros. Não é difícil se deparar com perfis abertos onde meninos e meninas se exibem em fotografias em variadas situações. Seja em eventos públicos ou na intimidade do quarto, em poses sensuais, às vezes demonstrando atributos de beleza, força, virilidade, ou de posicionamentos ideológicos (político, esportivo, étnico etc). [...] É a plataforma no qual a subjetividade, os corpos e a sexualidade são expostos de forma cada vez mais comum [...] uma ferramenta apenas para expressão das vontades e desejos pessoais, uma via de expressão das fantasias [...]. (SANTOS; RIBEIRO, 2017, p. 260).

Tamanha exposição propicia os meios necessários ao desenvolvimento de uma ‘ética ou estética da vigilância’ (BRUNO, 2013), onde todos são ao mesmo tempo controladores e controlados, vigilantes e vigiados.

Atualmente, a imagem de si exteriorizada não necessariamente é aquela que se é de verdade, mas sim aquela que se quer ser. (BRUNO, 2013). Na sociabilidade digital, não basta mudar a aparência ou o corpo, é preciso que essa transformação seja vista e aprovada por milhões de expectadores. Assim, a verdade passa a ser aquilo que se mostra, por meio do convite voluntário ao outro de invadir a própria intimidade.

E, assim como essa nova forma de se conectar com o mundo afeta a vivência dos adultos, também o faz aos jovens, reconhecidos como nativos digitais¹, já que sua autoestima não mais será construída somente por meio de processos de interiorização de valores e da construção do eu, mas cada vez mais com base no olhar do outro, na aceitação externa, no ser aprovado no universo das ‘curtidas’. (BRUNO, 2013).

Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD (IBGE, 2015), no Brasil cerca de 102,1 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade tiveram acesso à internet em 2015. Dos adolescentes, 82% daqueles que tinham entre 15 a 17 anos usavam a internet e dentre aqueles com 18 e 19 anos, 82,9% eram usuários digitais.

A atual geração de adolescentes utiliza o espaço digital de forma tão intensa quanto o espaço real. A internet é utilizada por eles com objetivos distintos e diversos, que vão desde testar os limites dos relacionamentos, até mesmo como forma de superar dificuldades sociais, conflitos emocionais, timidez, contribuindo para que tenham mais liberdade de comunicação, proporcionando formas alternativas de se expressar e se relacionar com os amigos. (SPIZZIRRI *et al.*, 2012).

TIPOS DE ABUSOS DIGITAIS NOS RELACIONAMENTOS ÍNTIMOS

Nesse contexto, o abuso ocorrido nos relacionamentos íntimos também encontra espaço no meio digital. Apesar disso, não pode nem deve ser entendido como uma forma de *cyberbullying*, mas como uma nova expressão da violência entre parceiros íntimos (VPI). (DICK *et al.*, 2014; LUCERO *et al.*, 2014; ZWEIG *et al.*, 2014; SCHNURR; MAHATMYA; BASCHE, 2013).

Sem negar o fato de existir uma inter-relação entre esses dois fenômenos, cabe ressaltar que o *cyberbullying* está circunscrito às relações entre pares (SHARIFE, 2011; SMITH, 2010) e o abuso digital nos relacionamentos íntimos não se limita a relações ‘horizontais’, afinal há namorados com grande diferença etária. É uma forma de abuso estabelecida, especificamente, entre parceiros ou ex-parceiros afetivo-sexuais, o que implica relações de intimidade e confiança de outra ordem que aquela entre pares/colegas.

Outro aspecto que difere a prática do *cyberbullying* do abuso digital nos relacionamentos íntimos é a audiência (pessoas que assistem e até incentivam os atos abusivos). No *cyberbullying*, a audiência tem papel importante nas dinâmicas de poder e humilhação, o que não ocorre necessariamente no abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais, pois quando um parceiro afetivo monitora, controla, rastreia e espiona, na verdade não quer ser descoberto, porque afetaria sua possibilidade de saber secretamente mais da vida do outro.

Os quatro principais tipos de abusos apontados pela literatura científica são: 1) agressão direta; 2) *revenge porn* (pornografia de vingança); 3) *sexting* (termo sem tradução para o português) não consentido e 4) controle e monitoramento do parceiro sem consentimento.

A agressão direta² é praticada por meio de ameaças, insultos e disseminação de informações de ordem privada usando, para tal, alguma mídia digital ou rede de relacionamento social do (ex) parceiro íntimo com o propósito de humilhar, envergonhar e causar danos a este. Estudos como os realizados por Borrajo, Gámez-Guadix e Calvete (2015b) destacam que mais de 50% desses abusos digitais

ocorridos nos relacionamentos íntimos foram praticados via WhatsApp, 40% via Facebook e cerca de 7% por *e-mail*, demonstrando a magnitude desse tipo de prática e os meios digitais mais usados. Revelam ainda que os mais jovens pouco usam *e-mail* e preferem mídias digitais rápidas e interativas.

Apesar da alta prevalência reconhecida pelos estudos – jovens chegam a experimentar até 23 incidentes diferentes de abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais em um intervalo de apenas seis meses –, a literatura vem destacando que essa prática é muitas vezes naturalizada e confundida pelos adolescentes como ‘prova de amor’ e cuidado. (LUCERO *et al.*, 2014; BORRAJO *et al.*, 2015; BORRAJO; GÁMEZ-GUADIX; CALVETE, 2015a; BORRAJO; GÁMEZ-GUADIX; CALVETE, 2015b).

O controle e os ciúmes por parte das meninas, por exemplo, não é percebido pelos meninos como um comportamento abusivo, mas como forma de proteção da relação amorosa, como algo positivo e normal na relação, uma demonstração de amor. (LUCERO *et al.*, 2014).

O *revenge porn* (pornografia de vingança) se caracteriza pelo compartilhamento na internet de fotos e vídeos íntimos recebidos e criados durante a vigência do relacionamento, mas divulgados sem o consentimento de um dos envolvidos, com o intuito de difamar, humilhar, chantagear e/ou se vingar. (MARTSOLF; COLBERT; DRAUCKER, 2012). Frequentemente, tal fato ocorre na fase de término dos relacionamentos.

A prática consensual do *sexting* – termo que surgiu nos Estados Unidos da América pela combinação de duas palavras, ‘sexo’ (*sex*) e ‘mensagem’ (*texting*) – não é designada como uma violência. O *sexting* consiste no envio de mensagens de texto, fotografias e/ou vídeos de conotação sexual, com nudez, para determinada pessoa. (VENTURA, 2014; BARROS; RIBEIRO; QUADRADO, 2014). Todavia, sua postagem não consentida constitui como forma de *revenge porn*, um tipo de abuso digital nas relações afetivo-sexuais.

O controle e monitoramento de parceiros tratam das práticas de rastrear e monitorar as mensagens e demais ações feitas pelo parceiro nas mídias digitais sem seu consentimento. Pode ser realizada de diversas maneiras, seja roubando a senha de acesso do parceiro sem que ele saiba, seja por meio de aplicativos especializados.

Os aplicativos de controle e monitoramento do parceiro são fácil e gratuitamente acessados tanto no sistema Android quanto no iOS. Para tal, basta o(a) parceiro(a) desbloquear a tela principal do celular e em poucos segundos baixar o aplicativo via AppStore (Android) ou PlayStore (iOS).

Existem dezenas de aplicativos gratuitos que oferecem como serviço o controle, monitoramento e rastreamento de parceiros íntimos, tais como: rastreamento por telefone³, rastreador de celular detetive/⁴Anytracking, Mobile SMS Tracker⁵, Randoms⁶, WhatsCan⁷ e Trust Mate App⁸.

Os desenvolvedores desses aplicativos utilizam enunciados bastante atrativos, adotando verbos no imperativo, tais como: ‘acompanhe’, ‘monitore’, ‘rastreie’, ‘controle’, ‘previna-se’, ‘espione’ e ‘seja notificado’, buscando convencer o usuário quanto à eficiência e eficácia instrumental de controle do produto.

O desenvolvedor afirma e assegura que seu aplicativo pode informar com precisão tudo o que a pessoa monitorada está fazendo, sem que para isso o contratante necessite sair de sua residência. Um discurso extremamente atrativo é acionado, prometendo fornecer ‘paz mental’ ao controlar/monitorar o outro, buscando convencer que tal atitude seria um ato de proteção, invocando sentidos de uma ética de cuidado sob a justificativa de estar zelando pela integridade física de pessoas queridas e próximas.

Com relação às consequências à saúde dos adolescentes que experimentam abusos digitais em seus relacionamentos afetivo-sexuais, a literatura já nos alerta para a presença de altos níveis de estresse pós-traumático⁹, seguidos do uso abusivo de substâncias psicoativas¹⁰, sintomas depressivos¹¹, ansiedade¹², agressividade/hostilidade¹³, distúrbios do sono¹⁴, violência autoinfligida¹⁵, ideações e tentativas de suicídio¹⁶.

Jackson *et al.* (2016) e Miller e McCauley (2013) reforçam ainda que o abuso digital ocorrido nos relacionamentos afetivo-sexuais e a coerção reprodutiva são as mais recentes formas de abuso no relacionamento íntimo, gerando danos significativos não só à saúde mental como também à saúde sexual e reprodutiva¹⁷ desses jovens, podendo acarretar, inclusive, no aumento da incidência de comportamentos delinquentes e no baixo rendimento escolar¹⁸.

Como é possível observar nos estudos apontados pela literatura, o ambiente escolar, bem como sua equipe técnica-pedagógica são, inúmeras vezes, chamados a intervir em situações de abuso sofrido por esses jovens.

A instituição de ensino, devido ao seu papel de formadora de opinião e de sua busca incessante pela equidade via formação crítica do indivíduo, faz do ambiente escolar um local vital ao estabelecimento de vínculos, e da equipe técnica-pedagógica, parceira fundamental à identificação de práticas abusivas, à promoção de ações que visem ao enfrentamento de tais práticas e à prevenção de futuros casos.

(I) LEGALIDADE

Trabalharemos a seguir dois aspectos relacionados à legalidade de determinadas práticas na internet: 1) monitoramento não consentido e 2) ausência de legislação específica que coíba esse tipo de crime.

Começaremos falando da legalidade em baixar um aplicativo com o propósito de espionar alguém sem conhecimento e consentimento de quem está sendo vigiado. Observamos em nossos estudos que a maioria dos aplicativos disponíveis gratuitamente nos sistemas Android e iOS sequer falam da ilegalidade desse ato e outros, apesar de reconhecerem que o ato é ilegal, não criam mecanismos para garantir à pessoa que vai ser rastreada consentir nesse ato.

O fato de o Brasil não ratificar a Convenção de Budapeste sobre Cibercrimes, ocorrida em 2001, já assinada por 43 países, gera uma sensação coletiva de impunidade no meio digital, pois muitas das condutas abusivas não estão tipificadas (BARRETO, 2017) e judicialmente vão depender da interpretação do magistrado para que seja tipificado ou não como crime.

Com a expansão tecnológica aliada à maior difusão do acesso à internet e sua conectividade, há maior exposição ao risco de atos denominados ‘crimes cibernéticos’, dada a capacidade de causar danos a outra pessoa via meio digital.

Violar o sistema de segurança de outra pessoa com o intuito de obter dados informáticos, bem como interceptar indevidamente dados informáticos com a intenção de danificar, apagar, deteriorar, alterar, eliminar ou ainda obstruindo, intencionalmente, o funcionamento do sistema eletrônico são considerados cibercrimes. (BRASIL, 2001).

Diante desse quadro, o monitoramento não consentido no Brasil figura um terreno ambíguo, tendo no país, no máximo, o *status* de uma conduta ‘moralmente reprovável’ dada a ausência de amparo jurídico nacional, ao mesmo tempo em que, segundo parâmetros jurídicos internacionais, é uma prática considerada ‘ilegal’.

Nesse íterim, houve diversos debates entre a sociedade civil organizada e parlamentares, culminando na aprovação da Lei nº 12.965/14, ou Marco Civil da Internet. (BRASIL, 2014a).

Longe de ser a solução para os abusos cometidos nos meios digitais, essa lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres relativos ao uso da internet no Brasil e se apresentou como uma primeira iniciativa governamental brasileira, na busca por coibir os excessos cometidos no meio digital e evitar novas violações, reduzindo à sensação de inimizabilidade penal.

Paralelamente a isso, há um grande movimento ocorrendo no Congresso Nacional brasileiro desde 2013 com vistas à criação de uma legislação específica que possa normatizar e punir exageros praticados no âmbito digital, materializada sob a forma de inúmeros projetos de lei (PL) ao curso dos últimos 5 anos¹⁹, sem lograr êxito até o presente momento.

Tais PL têm por objetivo a aprovação de uma tipificação específica para os casos de violência digital cometidos contra as mulheres, colocando-as em situação de vulnerabilidade, dada a exposição íntima, física e sexual sem consentimento, configurando-se em dano a sua imagem pública e numa violação de sua privacidade. Elas se dividem com base em duas legislações, o Código Penal brasileiro (1940) e a Lei Maria da Penha (2006), porém dada a morosidade do sistema jurídico brasileiro, seguem aguardando deliberação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados para serem aprovadas.

O PAPEL DA ESCOLA DIANTE DOS ABUSOS DIGITAIS ENTRE ADOLESCENTES

Os estudos científicos apontam a necessidade de abordagens que priorizem o enfrentamento dessa nova modalidade de violência perpetrada por parceiros íntimos que é o abuso digital ocorrido nos relacionamentos afetivo-sexuais adolescentes.

Como discutimos, meninos e meninas chegam à adolescência completamente inseridos numa cultura digital, cuja exclusão significa isolamento social e apagamento de identidades. Tal fato nos leva a problematizar criticamente propostas de prevenção de práticas abusivas na internet que optam apenas pela proibição do uso das mídias digitais ou pelo rígido controle de seu uso.

Dentre as inúmeras estratégias de prevenção destacadas estão a criação de programas voltados aos meninos e às meninas antes de entrarem na adolescência, priorizando debates que visem trabalhar questões relativas ao ‘ciúme’, ao ‘uso da agressão como brincadeira’, ou ainda ‘o revide’, nos casos em que o(a) parceiro(a) pratica a violência porque o outro também a cometeu. (BORRAJO *et al.*, 2015a).

Estudos como o realizado por Dank *et al.* (2014) recomendam a priorização de ações que levem em consideração a condição de vulnerabilidade de determinados grupos de jovens, tais como aqueles que se assumem lésbicas, *gays*, bissexuais (LGB) e transgêneros, já que os mesmos têm uma prevalência maior de sofrer abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais do que aqueles declaradamente heterossexuais.

Outras pesquisas, como as realizadas por Sánchez, Muñoz-Fernández e Vega (2015) e Walrave *et al.* (2015), reforçam a necessidade de ações que visem ampliar o conhecimento dos jovens quanto às condutas sexuais de risco e as consequências legais envolvidas na prática do *sexting* no namoro. Todavia, Foshee *et al.* (2015) e Van Ouytsel *et al.* (2016b) avançam para além da realização de ações pontuais e sugerem a criação de programas de prevenção à violência no namoro nas escolas.

Já Dank *et al.* (2014) e Murray, King e Crowe (2016) sugerem a capacitação de profissionais com o perfil necessário à identificação, orientação, prevenção e intervenção nos casos de abuso na abordagem realizada junto às famílias e nas escolas, e destacaram a relevância dos conselheiros familiares e escolares para orientar as famílias e os estudantes quanto ao risco do namoro violento na adolescência, muitas vezes naturalizado pelos pais e minimizados como eventos de pouca importância.

Tais propostas nos apontam o imenso potencial de trabalho e apoio que a escola tem no debate acerca de tipo de abuso, seja por ser o espaço onde esses adolescentes permanecem boa parte do dia, seja por ser o local onde há maior possibilidade de estabelecimento de vínculos que auxiliarão na identificação, captação, discussão e participação desses jovens e familiares no enfrentamento desse fenômeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo buscamos pontuar como a expansão do acesso ao uso da internet contribuiu para a promoção de novas formas de sociabilidade *on-line*, bem como para a banalização de práticas abusivas via uso dessas mesmas mídias digitais. No Quadro 1 trazemos uma síntese dos aspectos conceituais trabalhados.

Quadro 1 – Caracterização do marco teórico sobre sexualidade na internet.

Internet e cibercultura	Tipos de abusos digitais nos relacionamentos íntimos	(I)legalidade
1. Web 3.0	1. Cyberbullying X abuso digital nos relacionamentos íntimos	1. Monitoramento não consentido

Internet e cibercultura	Tipos de abusos digitais nos relacionamentos íntimos	(I)legalidade
2. Sociedade da simulação	2. Agressão direta	2. Crimes cibernéticos
3. Retribalização do mundo	3. <i>Revenge porn</i> (pornografia de vingança)	3. Legislação específica
4. Era do exibicionismo/ Voyeurismo simulado	4. <i>Sexting</i> não consentido	
5. Ética/Estética da vigilância	5. Controle e monitoramento sem consentimento	
	6. Consequências à saúde	

Fonte – As autoras.

O uso da internet marca a expressão da sociabilidade das juventudes contemporâneas. As trocas digitais são de ordens diversas e abrangentes, variando desde o câmbio de conhecimentos, informações e influências até as trocas de afeto.

As trocas amorosas e afetivas pela internet também são expressões legitimadas na cibercultura e por seus nativos digitais. Enraizadas no cotidiano dos relacionamentos afetivo-sexuais, as práticas digitais abusivas reiteram antigas violências, por meio do uso de argumentos retóricos que enaltecem desigualdades de gênero sob um viés que justifica a prática do controle do outro. Tais práticas podem levar a sérias consequências e afetarem negativamente a saúde dos adolescentes.

Esse é um tema a ser debatido pela comunidade escolar, visando tanto a problematização do uso ético da internet, regulado pelo respeito aos direitos do outro, quanto por um exercício empático e guiado por princípios de não maleficiência. Cabe ainda alertar sobre os riscos de compartilhar senhas e mesmo imagens íntimas. Por outro lado, importa também discutir com os alunos as relações afetivas e a inadmissibilidade das práticas abusivas e de objetificação e controle do outro.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, C. L. Hipervisibilidade e *self-disclosure*: novas texturas da experiência social nas redes digitais. **Visualidades**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 194-219, jul.-dez. 2015.
- BARRETO, E. T. Crimes cibernéticos sob a égide da Lei 12.737/2012. **Conteúdo Jurídico** [on-line], 2017.
- BARROS, S.C.; RIBEIRO, P. R. C.; QUADRADO, R. P. Sexting: entendendo sua condição de emergência. **EXEDRA Rev. Cient.** [on-line], n. 1, p. 192-213, 2014.

BOLESINA, I.; GERVASONI, T. A. Internet, cibercultura e pós-modernidade: primeiros nós de uma nova rede contextual. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE: MÍDIA E DIREITOS DA SOCIEDADE EM REDE, 3., 2015. Santa Maria-RS. **Anais...** Universidade de Santa Maria, Santa Maria, 2015, p. 01-15.

BORRAJO, E.; GÁMEZ-GUADIX, M.; CALVETE, E. Justification beliefs of violence, myths about love and cyber dating abuse. **Psicothema** [on-line], v. 27, n. 4, p. 327-333, 2015a.

BORRAJO, E.; GÁMEZ-GUADIX, M.; CALVETE, E. Cyber dating abuse: prevalence, context, and relationship with off-line dating aggression. **Psychological Reports: Relationships & Communications** [on-line], v. 116, n. 2, p. 565-585, 2015b.

BORRAJO, E. *et al.* The development and validation of the cyber dating abuse questionnaire among young couples. **Computers in Human Behavior** [on-line], v. 48, p. 358-365, 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 170, de 2015**. Inclui a violação da intimidade da mulher na internet entre as formas de violência doméstica e familiar constantes na Lei Maria da Penha. Brasília, 2015a.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 3158, de 2015**. Tipifica a exposição pública da intimidade física ou sexual, modificando o Código Penal. Brasília, 2015b.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 4527, de 2016**. Tipifica a divulgação de foto ou vídeo íntimo de mulher, alterando o Código Penal, e inserindo a conduta no âmbito protetivo do sistema de combate à violência contra a mulher, da Lei Maria da Penha. Brasília, 2016d.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 5555-A, de 2013**. Altera a Lei nº 11340/06, “Lei Maria da Penha” criando mecanismos para o combate a condutas ofensivas contra a mulher na Internet e em outros meios de propagação da informação. Brasília, 2013a.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 5632, de 2016**. Altera o Código Penal, para dispor sobre a exposição pública da intimidade sexual, e dá outras providências. Brasília, 2016c.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 5647, de 2016**. Inclui no Código Penal o crime de exposição de intimidade. Brasília, 2016a.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 5822, de 2013**. Inclui a violação da intimidade da mulher na *internet* entre as formas de violência doméstica e familiar constantes na Lei nº 11340/06, Lei Maria da Penha. Brasília, 2013c.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 5862, de 2016**. Dispõe do aumento de pena para crimes de ato obsceno mediante a gravação pornográfica, com intuito de arrecadar valores monetários da imagem. Brasília, 2016b.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 6630, de 2013**. Tipifica no Código Penal, Decreto-Lei nº 2848, de 1940, a conduta de divulgar fotos ou vídeos com cena de nudez ou ato sexual sem autorização da vítima e dá outras providências. Brasília, 2013b.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 6713, de 2013**. Dispõe sobre punição a quem praticar a chamada vingança pornográfica. Brasília, 2013d.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 6831, de 2013**. Dispõe sobre o crime de exposição pública da intimidade física ou sexual. Brasília, 2013e.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 7377, de 2014**. Altera o Código Penal para tipificar o delito de violação de privacidade. Brasília, 2014b.

- BRASIL. Ministério Público Federal. **Convenção sobre o cibercrime**, 2001. (Art. 2, 3, 4, 5 e 6).
- BRASIL. Presidência da República. **Código Penal Brasileiro**, 1940.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Brasília, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Brasília, 2014a.
- BRUNO, F. **Máquinas de ver, modos de ser**: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- DANK, M. *et al.* Dating violence experiences of lesbian, gay, bisexual, and transgender youth. **J. Youth Adolescence** [on-line], v. 43, n. 5, p. 846-857, 2014.
- DICK, R. N. *et al.* Cyber dating abuse among teens using school-based health centers. **Pediatrics** [on-line], v. 134, n. 6, 1560-1567, 2014.
- DURÁN, M.; MARTÍNEZ-PECINO, R. Ciberacoso mediante telefono móvil e Internet en las relaciones de noviazgo entre jóvenes. **Comunicar** [on-line], v. 22, n. 44, p. 159-167, 2015.
- FLACH, R. M. D.; DESLANDES, S. F. Abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais: uma análise bibliográfica. **Cadernos de Saúde Pública** [on-line], v. 33, n. 7, p. 1-19, 2017.
- FOSHEE, V. A. *et al.* The effects of moms and teens for safe dates (MTSD): a dating abuse prevention program for adolescents exposed to domestic violence. **J Youth Adolescence** [on-line], v. 44, n. 5, p. 995-1010, 2015.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios** (PNAD). [Brasília], 2015.
- JACKSON, J.; RANDELL, K. A.; MILLER, M. K. Adolescent relationship abuse: How to identify and assist at-risk youth in the emergency department. **Elsevier** [on-line], v. 16, n. 2, p. 113-118, 2016.
- KEEN, A. **Vertigem digital**: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- LEMONS, A. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 7. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015a.
- LEMONS, A. Cibercultura e mobilidade: a era da conexão. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 28., 28., Rio de Janeiro, RJ., 2005. [Anais]. Rio de Janeiro, 2005b. p. 01-17.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- LUCERO, J. L. *et al.* Exploring gender differences: socially interactive technology use/abuse among dating teens. **Journal of Women and Social Work** [on-line], v. 29, n. 4, p. 478-491, 2014.
- MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária, 2014.
- MARGANSKI, A.; MELANDER, L. Intimate Partner Violence Victimization in the Cyber and Real World: Examining the Extent of Cyber Aggression Experiences and In-person dating violence. **Journal of Interpersonal Violence** [on-line], v. 33, n. 7, p. 1-25, 2015.

- MARTINEZ-PECINO, R.; DURÁN, M. I love you but i cyberbully you: the role of Hostile Sexism. **Journal of Interpersonal Violence** [on-line], v. 314, n. 4, p. 1-14, 2016.
- MARTSOLF, D.; COLBERT, C.; DRAUCKER, C. Adolescent dating violence prevention and intervention in a community setting: perspectives of young adults and professionals. **The Quality Report** [on-line], v. 99, n. 17, p. 1-23, 2012.
- MILLER, E.; MCCAULEY, H. L. Adolescent relationship abuse and reproductive and sexual coercion among teen. **Curr. Opin. Obstet. Gynecol.** [on-line], v. 25, n. 5, p. 364-369, 2013.
- MILLER, E. *et al.* A school health center intervention for abusive adolescent relationships: a cluster RCT. **Pediatrics** [on-line], v. 135, n. 1, p. 76-85, 2015.
- MORELLI, M. *et al.* Sexting, psychological distress and dating violence among adolescents and young adults. **Psicothema** [on-line], v. 28, n. 2, p. 137-142, 2016.
- MURRAY, C. E.; KING, K.; CROWE, A. Understanding and addressing teen dating violence: implications for family counselors. **The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families** [on-line], v. 24, n. 1, p. 52-59, 2016.
- PATTON, D. U. *et al.* Social media as a vector for youth violence: a review of the literature. **Comput Human Behav** [on-line], v. 35, p. 548-553, 2014.
- PRIMO, A.; LUPINACCI, L.; VALIATI, V.; BARROS, L. **Práticas de comunicação privada na internet.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., Rio de Janeiro, RJ., 2015. [Anais]. Rio de Janeiro, 2015.
- REED, L. A.; TOLMAN, R. M.; WARD, L. M. Snooping and sexting: digital media as a context for dating aggression and abuse among college students. **Violence Against Woman** [on-line], v. 22, n. 13, p. 1556-1576, 2016.
- SÁNCHEZ, V.; MUÑOZ-FERNÁNDEZ, N.; VEGA, E. Cyberdating in adolescence: the risks and the emotional harm of sexual cyberbehavior. **Psychology, Society & Education** [on-line], v. 7, n. 2, p. 227, 2015.
- SANTOS, F.; RIBEIRO, P. R. M. Privacidade em tempos de internet: comportamento e discursivização de si entre usuários no ambiente virtual. **Rev. Bras. Psicol. Educ.**, Araraquara, v. 19, n. 2, p. 258-267, 2017.
- SCHNURR, M. P.; MAHATMYA, D.; BASCHE, R. A. The role of dominance, cyber aggression perpetration, and gender on emerging adults' perpetration of intimate partner violence. **Psychology of Violence** [on-line], v. 3, n. 1, p. 70-83, 2013.
- SHARIFF, S. **Cyberbullying: questões e soluções para a escola, a sala de aula e a família.** Porto Alegre: ArtMed, 2011.
- SPIZZIRRI, R. C. P. *et al.* Adolescência conectada: mapeando o uso da internet em jovens internautas. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 30, n. 69, p. 327-335, 2012.
- STONARD, K. E. *et al.* The relevance of technology to the nature, prevalence and impact of adolescent dating violence and abuse: a research synthesis. **Aggress Violent Behav.** [on-line], v. 19, n. 4, p. 390-417, 2014.
- SMITH, P. K. Cyberbullying: the European perspective. In: MORA-MERCHAN, J; JAEGER, T. (ed.). **Cyberbullying: across-national comparison.** Landau: Verlag Emprische Padagogik, 2010. p. 7-19.

TEMPLE, J. R. *et al.* The temporal association between traditional and cyber dating abuse among adolescents. **J. Youth Adolesc.** [on-line], v. 45, n. 2, p. 340-349, 2016.

VAN OUYTSEL, J. *et al.* Adolescent cyber dating abuse victimization and its association with substance use, and sexual behaviors. **Public Health** [on-line], v. 135, p. 147-151. 2016a.

VAN OUYTSEL, J; *et al.* Digital forms of dating violence: what school nurses need to know. **Nash School Nurse** [on-line], v. 31, n. 6, p. 349-353, 2016b.

VENTURA, M. C. A. A. **Violência no namoro:** crenças e autoconceito nas relações sociais de gênero. Modelo de Intervenção em Enfermagem. 2014. Tese. (Doutorado em Enfermagem) – Universidade do Porto, Porto, 2014.

WALRAVE, M. *et al.* Whether or not to engage in sexting: explaining adolescent sexting behavior by applying the prototype willingness model. **Telematics and Informatics** [on-line], v. 32, n. 4, p. 796-808, 2015.

WOLFORD-CLEVENGER, C. *et al.* An examination of the partner cyber abuse questionnaire in a college student sample. **Psychol. Violence.** [on-line], v. 6, n. 1, p. 156-162, 2016.

WRIGHT, M. F. Cyber aggression within adolescents' romantic relationships: linkages to parental and partner attachment. **J. Youth Adolesc.** [on-line], v. 44, n. 1, p. 37-47, 2015.

ZWEIG, J. M. The rate of cyber dating abuse among teens and how it relates to other forms of teen dating violence. **J. Youth Adolesc.** [on-line], v. 42, n. 7, p. 1063-1077, 2013.

ZWEIG, J. M. *et al.* Correlates of cyber dating abuse among teens. **J. Youth Adolescence** [on-line], v. 43, p. 1306-1321, 2014.

NOTAS EXPLICATIVAS

- 1 Na tentativa de caracterizar o fenômeno das relações diante da virtualidade, o sociólogo canadense Tapscott (1998) denominou essa geração como 'Net Generation', 'Geração Y', 'Geração digital', entre outras denominações. Esses jovens são caracterizados por estarem sempre conectados a alguma mídia, muitas vezes, a mais de uma simultaneamente. Entretanto, existem muitas diferenças quanto à forma de utilização, comportamento e tipos de uso entre eles que variam de acordo com fatores socioeconômicos, culturais, emocionais, entre outros. (SPIZZIRRI *et al.*, 2012, p. 328-329).
- 2 (LUCERO *et al.*, 2014); (BORRAJO *et al.*, 2015); (BORRAJO; GÁMEZ-GUADIX; CALVETE, 2015a); (BORRAJO; GÁMEZ-GUADIX; CALVETE, 2015b); (DURÁN; MARTÍNEZ-PECINO, 2015); (JACKSON; RANDELL; MILLER, 2016); (MARGANSKI; MELANDER, 2015); (MILLER *et al.*, 2015); (MARTINEZ-PECINO; DURÁN, 2016); (MURRAY; KING; CROWE, 2016); (REED; TOLMAN; WARD, 2016); (VAN OUYTSEL; WALRAVE; PONNET, 2016a); (VAN OUYTSEL, PONNET, WALRAVE, 2016b).
- 3 Intercepta mensagens de texto, bem como todas as chamadas de celular recebidas e enviadas.
- 4 Fornece serviço de telemetria completa, permitindo que se monitore/rastreie pessoas em tempo real e de forma oculta.

- 5 Não só monitora a localização da pessoa, como também suas mensagens de texto (SMS), de WhatsApp e registros de chamada.
- 6 Monitora o *smarthphone* em tempo real. Acompanha até cinco dispositivos Android ao mesmo tempo.
- 7 Permite acessar múltiplas contas em um único dispositivo, além de clonar, acessar e espionar outra conta e também monitorar mensagens de *chat*, imagens e vídeos.
- 8 Monitora mensagens de texto, histórico de chamadas e a localização GPS em tempo real.
- 9 BORRAJO *et al.*, 2015; STONARD *et al.*, 2014.
- 10 VAN OUYTSEL *et al.*, 2016b; VAN OUYTSEL *et al.*, 2016a; MORELLI *et al.*, 2016; PATTON *et al.*, 2014.
- 11 VAN OUYTSEL *et al.*, 2016b; JACKSON *et al.*, 2016; WOLFORD-CLEVENGER *et al.*, 2016; MORELLI *et al.*, 2016; WRIGHT, 2015; BORRAJO *et al.*, 2015; ZWEIG *et al.*, 2014; DANK *et al.*, 2014; STONARD *et al.*, 2014.
- 12 VAN OUYTSEL *et al.*, 2016b; MORELLI *et al.*, 2016; WRIGHT, 2015; BORRAJO *et al.*, 2015; ZWEIG *et al.*, 2014; DANK *et al.*, 2014; STONARD *et al.*, 2014.
- 13 VAN OUYTSEL *et al.*, 2016b; ZWEIG *et al.*, 2014; DANK *et al.*, 2014; STONARD *et al.*, 2014.
- 14 STONARD *et al.*, 2014.
- 15 JACKSON *et al.*, 2016.
- 16 TEMPLE *et al.*, 2016; STONARD *et al.*, 2014.
- 17 MORELLI *et al.*, 2016; VAN OUYTSEL *et al.*, 2016a; VAN OUYTSEL *et al.*, 2016b; JACKSON *et al.*, 2016; MILLER *et al.*, 2015; DICK *et al.*, 2014; PATTON *et al.*, 2014; ZWEIG *et al.*, 2014; ZWEIG *et al.*, 2013; MILLER; MCCAULEY, 2013
- 18 TEMPLE *et al.*, 2016; DaANK *et al.*, 2014; ZWEIG *et al.*, 2014.
- 19 PL 5555-A/13, PL 5822/13, PL 6630/13, PL 6713/13, PL 6831/13, PL 7377/14, PL 170/15, PL 3158/15, PL 5647/16, PL 5862/16, PL 5632/16 e PL 4527/16.